



CONFIDENCIAL

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

A UNIÃO, pessoa jurídica de direito público interno, representada pela Advogada-Geral da União (artigo 131 da Constituição Federal), vem, à presença de Vossa Excelência, com fundamento no inciso III do § 4º do artigo 103-B da Constituição Federal c/c os artigos 67 e seguintes do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça (RICNJ), propor **RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR** contra o Juiz Federal do Juizado Especial Federal Cível da Subseção Judiciária de Formosa/GO, Senhor **EDUARDO LUIZ ROCHA CUBAS**, pelas razões fáticas e jurídicas a seguir expostas.

I – DOS FATOS

Em 26 de setembro de 2018, a Consultoria Jurídica Adjunta ao Comando do Exército (CONJUR-EB), órgão consultivo desta Advocacia-Geral da União, elaborou as Informações nº 007/2018/CONJUR-EB/CGU/AGU, dando conta da ação popular nº 3643-26.2018.4.01.3506, ajuizada por Antonio Carlos Ornelas perante o Juizado Especial Federal Cível da Subseção Judiciária de Formosa/GO.

Como relatado pelo órgão consultivo, a Advogada-Geral da União foi cientificada do caso porque se vislumbrou “*situação que poderá trazer grande tumulto às eleições de 2018, em face da efetivação da busca e apreensão de urnas eletrônicas em seções eleitorais, nos termos da pretensa decisão judicial, com claros reflexos na credibilidade do próprio sistema eletrônico de votação e apuração do pleito vindouro*”. Mais do que a existência em si da referida ação, totalmente incabível, no entender da União, o que chama a atenção é a sequência de atos praticados pelo juiz da causa, ora reclamado.

Em primeiro lugar, a ação foi levada ao conhecimento do Comando do Exército por intermédio da entrega direta do “Mandado” pelo Juiz Federal Dr. Eduardo Luiz Rocha Cubas, durante a realização do 9º Simpósio de Integração Jurídica, realizado no auditório do gabinete do Comandante do Exército, entre os dias 11 e 13 de setembro últimos.

Referido “DESPACHO/MANDADO/OFÍCIO”, como assim foi denominado, cuja cópia segue anexa, é datado de 10 de setembro de 2018 e determina, *in verbis*:

(...) dou por bem em determinar preliminarmente que seja oficiado ao Comando do Exército Brasileiro, conforme requerido para os *‘fins de elaborar a resposta à quesitação apresentada pelo autor popular, tendo em vista a sua participação nos testes de segurança das urnas eletrônicas’*, para que indique militar com patente de Oficial e/ou equipe apta sob seu comando para os fins de acompanhamento do feito em referência e participação em eventual perícia sobre as urnas eletrônicas.

Em razão da regra inserta no artigo 5º, inciso LXXVIII da CF/88, cópia deste provimento servirá como MANDADO/OFÍCIO, rogando-se ainda suporte operacional.

Como ainda relata a CONJUR-EB, o mandado foi entregue *“desacompanhado da Petição Inicial”*, não sendo possível extrair informações sobre o processo, *“mesmo após tentativas de acesso eletrônico aos autos”*. A Assessoria do Comando do Exército ainda tentou obter tais informações junto ao Chefe da Secretaria do Juízo, *“vindo a ter seu contato retornado pelo próprio Juiz, que se dispôs a comparecer ao Quartel-General do Exército (QGEEx) para apresentar pessoalmente o caso e seus ‘pretendidos’ desdobramentos”*.

Com esse propósito, ainda segundo as Informações nº 007/2018/CONJUR-EB/CGU/AGU, *“foi agendada reunião, que efetivamente veio a ser realizada no QGEEx, na data de ontem (25 de setembro de 2018), às 15:00h, onde o referido juiz fez sua exposição, deixando inclusive uma cópia da decisão que pretende prolatar (cópia anexa – Seq. 2), esclarecendo que ‘preferiu não digitalizar os autos, mantendo-os em meio físico (papel) a fim de assegurar que fosse mantido o ‘sigilo’ do processado”*. Nessa reunião, *“foi também informado pelo magistrado (...) que a notificação oficial do Comando do Exército [acerca da referida decisão] só se dará às 17:00h, do dia 5 de outubro de*

2018 (sexta-feira próxima), 'para que não haja tempo para que a mesma venha a ser desconstituída''.

A propósito, esta Advocacia-Geral da União em nenhum momento foi cientificada pelo Juízo da existência da ação judicial ou de qualquer provimento liminar. Sobre isso, inclusive, há fato curioso: no extrato processual obtido na *internet*, constou, por algum tempo, a movimentação “*CARGA RETIRADOS AGU*”, quando, na verdade, isso nunca ocorreu.

Mas não é só: o mesmo juiz que praticou todos os atos acima elencados – e que destoam da conduta esperada de um magistrado – manifestou-se em vídeo divulgado na rede mundial de computadores (https://www.youtube.com/watch?v=PUnaBcb_v8&app=desktop), com conteúdo político-partidário.

II – DO CABIMENTO DA RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR

No que concerne ao cabimento da presente Reclamação Disciplinar, há que se entender que a conduta desvirtuada por parte de magistrados comporta apuração sob a esfera correicional, uma vez que, a partir da função de zelar pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, foi conferido ao Conselho o poder de expedir comandos abstratos que constituem deveres jurídicos de atendimento obrigatório.

Para tanto, passa-se a um breve apanhado envolvendo normativos acerca da legitimação do Conselho Nacional de Justiça como órgão com autoridade para controlar abusos perpetrados por membros do

Poder Judiciário brasileiro, em especial quanto ao descumprimento dos deveres jurídicos de observância obrigatória.

O art. 103-B, § 4º, III, da Constituição Federal fixa competências ao Conselho Nacional de Justiça, nos seguintes termos:

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

(...)

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.

Por seu turno, os arts. 8º e 67 do Regimento Interno do CNJ, assim prescrevem:

Art. 8º Compete ao Corregedor Nacional de Justiça, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I - receber as reclamações e denúncias de qualquer interessado relativas aos magistrados e Tribunais e aos serviços judiciários auxiliares, serventias, órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, determinando o arquivamento sumário das anônimas, das prescritas e daquelas que se apresentem manifestamente improcedentes ou despidas de elementos mínimos para a sua compreensão, de tudo dando ciência ao reclamante;

(...)

Art. 67. A reclamação disciplinar poderá ser proposta contra membros do Poder Judiciário e contra titulares de seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro.

§ 1º A reclamação deverá ser dirigida ao Corregedor Nacional de Justiça em requerimento assinado contendo a descrição do fato, a identificação do reclamado e as provas da infração.

No caso concreto, várias foram as condutas ilícitas praticadas pelo magistrado. Senão, veja-se:

- a) permitiu o processamento de ação popular perante Juizado Especial Federal Cível, foro claramente incompetente (inciso I do § 1º do artigo 3º da Lei nº 10.259, de 2001);
- b) atuou com evidente parcialidade, ao se dirigir pessoalmente ao Comando do Exército, para antecipar o conteúdo de decisão a ser proferida, apresentar os “desdobramentos” que reputava cabíveis, demonstrar “plano de ação”;
- c) utilizou-se de sua posição de magistrado para atingir objetivos políticos, tendentes, ao que tudo indica, a adotar providências que poderiam inviabilizar a realização das eleições em outubro próximo;
- d) pelo viés ideológico, buscou desacreditar o voto, incentivando uma radicalização do discurso eleitoral que suprime a racionalidade essencial ao Estado de Direito. Não somente isso, promoveu a desconfiança em relação à legitimidade do processo eleitoral conduzido pela Justiça Eleitoral e, portanto, às instituições democráticas constituídas, e, no que é mais grave, utilizando-se, para

tanto, do poder coercitivo que um provimento jurisdicional por ele prolatado pudesse possuir em relação às instituições republicanas, inclusive as Forças Armadas;

- e) conferiu sigilo judicial a processo, sem fundamento legal para tanto, inclusive deixando de digitalizar os autos;
- f) deixou de citar ou notificar os órgãos de representação judicial da União, ofendendo claramente o devido processo legal;
- g) manifestou-se em vídeo divulgado na rede mundial de computadores
(https://www.youtube.com/watch?v=PUnaBcb__v8&app=desktop), com conteúdo político-partidário.

Pois bem, a Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, diz, em seu artigo 35, serem deveres do magistrado “*cumprir e fazer cumprir, com independência, serenidade e exatidão, as disposições legais e os atos de ofício*”, bem como “*manter conduta irrepreensível na vida pública e particular*”.¹ Não foi o que se viu pelos atos do ora reclamado, que ignorou sua patente incompetência jurisdicional, imprimiu sigilo sem fundamento legal, inclusive deixando de citar ou notificar o representante judicial da parte. A maneira como atuou diante do Comando do Exército

¹ Art. 35 - São deveres do magistrado:

I - Cumprir e fazer cumprir, com independência, serenidade e exatidão, as disposições legais e os atos de ofício;

VIII - manter conduta irrepreensível na vida pública e particular.

também se mostrou totalmente inadequada para um juiz, de quem se espera “*serenidade*”.

Não bastasse isso, o reclamado imiscuiu-se em atividade político-partidária, ao se manifestar em vídeo ao lado de candidato nas eleições de 2018. Ora, a vedação à prática de atividade político-partidária pelo juiz decorre da própria Constituição Federal (inciso III do parágrafo único do artigo 95). E o Provimento nº 71, de 13 de junho de 2018, do Corregedor Nacional de Justiça, explicita que “*a vedação de atividade político-partidária aos membros da magistratura não se restringe à prática de atos de filiação partidária, abrangendo a participação em situações que evidenciem apoio público a candidato ou a partido político*” (§ 1º do artigo 2º). É exatamente o presente caso: conjugando as manifestações públicas do reclamado com os atos ilegais praticados na condução da ação popular nº 3643-26.2018.4.01.3506, fica evidente sua atuação político-partidária e, mais do que isso, seu total desprezo pela Justiça Eleitoral. Isso sem falar nos mais variados dispositivos do Código de Ética da Magistratura Nacional que foram ignorados: arts. 8º, 10, 13, 24, 25, 37 e 39.²

² Art. 8º O magistrado imparcial é aquele que busca nas provas a verdade dos fatos, com objetividade e fundamento, mantendo ao longo de todo o processo uma distância equivalente das partes, e evita todo o tipo de comportamento que possa refletir favoritismo, predisposição ou preconceito.

Art. 10. A atuação do magistrado deve ser transparente, documentando-se seus atos, sempre que possível, mesmo quando não legalmente previsto, de modo a favorecer sua publicidade, exceto nos casos de sigilo contemplado em lei.

Art. 13. O magistrado deve evitar comportamentos que impliquem a busca injustificada e desmesurada por reconhecimento social, mormente a autopromoção em publicação de qualquer natureza.

Art. 24. O magistrado prudente é o que busca adotar comportamentos e decisões que sejam o resultado de juízo justificado racionalmente, após haver meditado e valorado os argumentos e contra-argumentos disponíveis, à luz do Direito aplicável.

Art. 25. Especialmente ao proferir decisões, incumbe ao magistrado atuar de forma cautelosa, atento às conseqüências que pode provocar.

Repita-se: o reclamado, pelo viés ideológico, buscou desacreditar o voto, incentivando uma radicalização do discurso eleitoral que suprime a racionalidade essencial ao Estado de Direito. Promoveu a desconfiança em relação à legitimidade do processo eleitoral conduzido pela Justiça Eleitoral e, portanto, às instituições democráticas constituídas, utilizando-se, para tanto, do poder coercitivo que um provimento jurisdicional por ele prolatado pudesse possuir em relação às instituições republicanas, inclusive às Forças Armadas.

Por fim, importante destacar a autodeclarada intenção do magistrado de apenas notificar a União de sua decisão liminar no final do dia 5 de outubro de 2018 (sexta-feira), **a fim de impossibilitar uma tempestiva cassação do *decisum***. Essa desleal conduta evidencia o propósito manifesto do juiz em fazer valer sua desarrazoada ordem no dia das eleições, causando sério risco ao processo democrático. Daí a importância de que sejam adotadas por esse Conselho Nacional de Justiça céleres medidas cautelares, a fim de cessar a iminente e grave perturbação das eleições gerais do dia 7 de outubro próximo. A plausibilidade do pedido está bem demonstrada nesta peça e nos documentos que a acompanham. Já o perigo da demora é evidente, uma vez que os atos aqui narrados têm potencialidade de causar prejuízo incalculável ao pleito eleitoral e, conseqüentemente, à democracia brasileira.

Art. 37. Ao magistrado é vedado procedimento incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções.

Art. 39. É atentatório à dignidade do cargo qualquer ato ou comportamento do magistrado, no exercício profissional, que implique discriminação injusta ou arbitrária de qualquer pessoa ou instituição.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, a União requer o recebimento e processamento da presente reclamação disciplinar, bem como sejam adotadas todas as medidas cautelares necessárias para resguardar o interesse público.

Brasília, 27 de setembro de 2018.


GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA
Advogada-Geral da União


JULIO DE MELO RIBEIRO
Adjunto da Advogada-Geral da União


MARCELO AUGUSTO CARMO DE VASCONCELLOS
Consultor-Geral da União